





Fecomércio - 12/05/2020

Índice

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Focus: pelo menos uma instituição financeira projeta queda de 9% do PIB em 2020 6
Noticias - 11/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Senado pauta projeto que limita juro do cheque especial e do cartão em 20% ao ano 8
Noticias - 11/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Número de pedidos de seguro-desemprego aumenta 22,7% em abril 10
Noticias - 11/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Boletim focus projeta um novo recuo: 4,11% 12
Noticias - 12/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Indústria prevê queda 14
Noticias - 12/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Arena das Dunas embolsou R\$ 109 milhões a mais, diz Control/RN 17
Noticias - 12/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro confirma veto à possibilidade de reajuste 22
Noticias - 12/05/2020

Assú Todo Dia | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Senac/RN lança curso gratuito online sobre como iniciar vendas nas plataformas digitais 25
Noticias - 11/05/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Mercado financeiro prevê queda de 4,11% na economia este ano 26
Noticias - 11/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Prefeitos podem adiar pagamento da Previdência e deixar rombo de R\$ 18,5 bilhões 28

Notícias - 11/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Senado pauta projeto que limita juro do cheque especial e do cartão em 20% ao ano 31

Notícias - 11/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar sobe e fecha a R\$ 5,82 com tensões no Brasil e no exterior 33

Notícias - 11/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo inclui academias e salões em atividades essenciais na pandemia 35

Notícias - 11/05/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, SENAC RN, SISTEMA FECOMÉRCIO RN /

Senac abre vagas para as demais empresas dentro do Programa de Assistência Digital Empresarial 37

Notícias - 11/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio, FECOMÉRCIO RN, MARCELO QUEIROZ /

Fecomércio RN distribui entre seus associados documento elaborado pela CNC com informações estratégicas para reabertura do comércio no pós-pandemia 39

Notícias - 10/05/2020

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Caixa prevê 45 milhões de contas digitais para reduzir filas nas agências 41

Notícias - 11/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo inclui academias e salões em atividades essenciais na pandemia 43

Notícias - 11/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Rogério Marinho pede R\$ 8 bilhões em obras e emendas em 2020 e incomoda Paulo Guedes 45

Notícias - 11/05/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Número de pedidos de seguro-desemprego aumenta 22,7% em abril 49

Notícias - 11/05/2020

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, SENAC RN, SISTEMA FECOMÉRCIO RN /

Senac abre novas vagas para serviço gratuito de orientação e capacitação às micros, pequenas e médias empresas 51

Noticias - 11/05/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, SENAC RN, SISTEMA FECOMÉRCIO RN /

Senac abre vagas para as demais empresas dentro do Programa de Assistência Digital Empresarial 53

Notícias - 11/05/2020

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Mercado financeiro prevê queda de 4,11% na economia este ano 55

Noticias - 11/05/2020

Blog do Seridó | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, SESC CIDADÃO, SESC RN, SISTEMA FECOMÉRCIO RN /

Sesc inicia distribuição de cestas básicas doadas pelo Sistema Fecomércio RN 57

Notícias - 11/05/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Rafael Motta propõe redução dos juros do cartão de crédito e cheque especial 58

Noticias - 11/05/2020

Blog Suéster Neri | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, SESC CIDADÃO, SESC RN, SISTEMA FECOMÉRCIO RN /

Sesc inicia distribuição de cestas básicas doadas pelo Sistema Fecomércio RN 59

Noticias - 11/05/2020

Focus: pelo menos uma instituição financeira projeta queda de 9% do PIB em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A paralisação de boa parte da atividade econômica no Brasil, em função do isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus, faz as instituições financeiras traçarem cenários cada vez mais pessimistas para 2020. No Sistema de Expectativas do Banco Central, atualizado nesta segunda-feira juntamente com o Relatório de Mercado Focus, já existe pelo menos uma instituição que projeta retração de 9,00% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano.

No Focus, a mediana atual das projeções de todas as instituições financeiras para o PIB em 2020 é de queda de 4,11%, mas este parâmetro vem piorando nas últimas 13 semanas -

portanto, desde o início de fevereiro, quando a avaliação era de que o surto do novo coronavírus poderia ficar restrito à China.

Após o tombo deste ano, os economistas esperam que a recuperação econômica em 2021 seja firme. O Focus indica que a mediana das projeções para o PIB no próximo ano está em 3,20% - um percentual que, se confirmado, será o maior desde 2011, quando a **economia** brasileira avançou 4,0%.

No entanto, o Sistema de Expectativas revela que pelo menos uma instituição é bem mais pessimista em relação ao crescimento de 2021: a projeção é de alta de apenas 1,10% para o PIB no próximo ano. Este pessimismo, aliás, revela-se também em relação aos anos seguintes, com projeções de crescimento de 0,50% em 2022, 1,00% em 2023 e 1,00% em 2024.

Inflação e câmbio

Com a atividade econômica em forte retração neste ano, a expectativa dos economistas do **mercado** financeiro é de que a inflação também despenque. Pelo Focus, a mediana das projeções é de alta de 1,76% do IPCA em 2020 e de 3,25% em 2021.

O Sistema de Expectativas, no entanto, indica que pelo menos uma instituição financeira projeta inflação de apenas 0,50% em 2020 e de 2,48% em 2021.

O cenário traçado pelos economistas indica ainda que o dólar seguirá em patamares mais

altos. Há um mês, a projeção para o dólar à vista no fim de 2020 era de R\$ 4,60, conforme o Focus. Agora, a projeção está em R\$ 5,00. O valor, porém, ainda está bem abaixo do que se verifica hoje, com o dólar à vista na casa dos R\$ 5,78. Na prática, para que a moeda americana termine este ano, de fato, em R\$ 5,00 seria necessário haver uma melhora das condições econômicas. No Sistema de Expectativas, pelo menos uma instituição projeta dólar a R\$ 6,30 no fim de 2020 - ou seja, acima do patamar atual.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senado pauta projeto que limita juro do cheque especial e do cartão em 20% ao ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Senado pautou para a sessão desta terça-feira, dia 12, um projeto de lei que limita a cobrança de **juros** no cheque especial e no cartão de crédito em 20% ao ano. A proposta, apresentada este ano pelo senador Alvaro Dias (Podemos-PR), valerá para as dívidas contraídas entre março de 2020 e julho de 2021. O projeto também proíbe os bancos de reduzirem, neste período, os limites de crédito que estavam disponíveis em 28 de fevereiro de 2020 - portanto, antes de a crise provocada pelo novo coronavírus se intensificar.

Na prática, o projeto de lei traz um tabelamento das taxas de **juros** e a proibição de que os bancos, em função disso, se recusem a liberar

recursos aos seus clientes. O objetivo é minimizar os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre famílias e empresas.

"Com a taxa Selic (os **juros** básicos da **economia**, atualmente em 3 00% ao ano) tão baixa, não é razoável manter **juros** superiores a 600% ao ano. Uma taxa de 20% ao ano é absolutamente satisfatória e suficiente para remunerar as instituições de crédito nesse período de crise", defendeu Alvaro Dias, ao justificar a proposta. "Para não se correr o risco de a instituição reduzir o limite de crédito, excepcionalmente durante este período, não será permitida a redução do limite nas modalidades de cheque especial e do cartão de crédito."

Custo da redução

Sucinta, a proposta de Alvaro Dias não traz uma descrição dos custos das operações com cheque especial e cartão de crédito. Estas modalidades de crédito, por serem emergenciais, possuem maior nível de inadimplência e também custos operacionais - como o de recuperação de recursos em caso de não pagamento.

A proposta também não traz justificativa para que o teto tenha sido estabelecido em 20% ao ano. Além disso, uma taxa de **juros** de 600% ao ano - como citado no projeto - não é uma realidade para a maioria dos tomadores de crédito.

Dados do Banco Central mostram que, em março, o juro médio do cheque especial estava

em 130,0% ao ano para pessoas físicas. No caso do cartão de crédito, a taxa média do rotativo regular - que inclui operações em que o cliente paga pelo menos a fatura mínima - estava em 296,1% ao ano.

Nos números do BC, não existe hoje nenhuma instituição que esteja cobrando **juros** acima de 600% no cheque especial: a maior taxa atualmente é de 161,52% ao ano (esta taxa leva em conta outros custos, além dos **juros**). No rotativo regular do cartão, o maior custo atualmente é de 790,55% ao ano. De 51 instituições financeiras monitoradas pelo BC até 24 de abril, apenas três tinham taxas superiores a 600% no rotativo regular.

Algumas instituições financeiras, segundo apurou o Broadcast, já demonstram preocupação com a possibilidade de este projeto ser aprovado. Isso porque não houve um estudo aprofundado para o estabelecimento de um limite de 20% ao ano. Além disso, uma redução drástica de **juros** pressupõe um custo - que, no limite, será bancado pela instituição financeira.

Desde julho de 2018, os bancos estão oferecendo um parcelamento para dívidas no cheque especial. A opção vale para débitos superiores a R\$ 200. A expectativa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) era de que essa migração do cheque especial para linhas mais baratas acelerasse a tendência de queda do juro cobrado ao consumidor. Em função da ineficácia da autorregulação da Febraban, o BC anunciou a limitação dos **juros** do cheque especial em 151,82% ao ano, a partir de 6 de janeiro de 2020. Esta regra está em vigor.

No caso do cartão, em abril de 2017, começou a valer a regra que obriga os bancos a transferirem, após um mês, a dívida do rotativo para o parcelado, a **juros** mais baixos. A intenção do governo com a nova regra era permitir que a taxa de **juros** para o rotativo do cartão de crédito recuasse, já que o risco de inadimplência, em tese, cai com a migração para o parcelado. Atualmente, porém, o risco de inadimplência aumentou, justamente porque muitas famílias estão enfrentando redução de renda, na esteira da pandemia.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Número de pedidos de seguro-desemprego aumenta 22,7% em abril



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os pedidos de seguro-desemprego de trabalhadores com carteira assinada subiram 22,7% em abril, mesmo com a suspensão dos atendimentos presenciais nas unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine). O levantamento foi divulgado hoje (11) pela Secretaria de Trabalho do Ministério da **Economia**.

Apenas em abril, 748.484 benefícios de seguro-desemprego foram requeridos, alta de 22,1% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando o total de pedidos tinha atingido 612.909. Ao todo, 87% dos benefícios foram pedidos pela internet no mês passado, contra apenas 1,7% em abril de 2019.

Número acumulado

Apesar da alta em abril, os pedidos de seguro-desemprego continuam relativamente estáveis no acumulado do ano, tendo somado 2.337.081 de janeiro a abril de 2020. O total representa aumento de 1,3% em relação ao acumulado no mesmo período do ano passado, 2.306.115.

A própria secretaria, no entanto, estima que os dados para o ano podem estar subestimados em até 250 mil pedidos. Isso porque diversos trabalhadores sem acesso à internet não estão conseguindo pedir o benefício nas unidades do Sine, que estão com o atendimento presencial suspenso por causa da pandemia de covid-19.

A estimativa foi elaborada com base na média dos pedidos de seguro-desemprego por meio do atendimento presencial. Segundo o Ministério da **Economia**, a pasta está divulgando as projeções de pedidos que deixaram de ser realizados para dar um quadro mais honesto do impacto da pandemia sobre o **mercado** de trabalho.

Nos quatro primeiros meses do ano, 39,3% dos requerimentos de seguro-desemprego (918.688) foram pedidos pela internet, pelo portal gov.br e pelo aplicativo da carteira de trabalho digital; 60,7% dos benefícios foram pedidos presencialmente. No mesmo período do ano passado, 98,2% dos requerimentos (2.270.285) tinham sido pedidos nos postos do Sine e apenas 1,6% (35.830) tinha sido solicitado pela internet.

Embora os requerimentos possam ser feitos de forma 100% digital e sem espera para a concessão do benefício, o Ministério da **Economia** informou que os dados indicam que muitos trabalhadores continuam aguardando a reabertura dos postos do Sine, administrados pelos estados e pelos municípios, para darem entrada nos pedidos. O empregado demitido ou que pediu demissão tem até 120 dias depois da baixa na carteira de trabalho para dar entrada no seguro-desemprego.

Perfil

Em relação ao perfil dos requerentes do seguro-desemprego em abril de 2020, a maioria é masculina (57,1%). A faixa etária com maior número de solicitantes está entre 30 e 39 anos (33,1%) e, quanto à escolaridade, 62,4% têm ensino médio completo. Em relação aos setores econômicos, serviços representou 41,6% dos requerimentos, seguido por comércio (27,7%), indústria (19,9%) e agropecuária (3,7%).

Os estados com o maior número de pedidos foram São Paulo (217.247), Minas Gerais (85.990) e Rio de Janeiro (58.945) e os que tiveram maior proporção de requerimentos via web foram Amazonas (98,9%), Acre (98,5%) e Rio de Janeiro (97,8%).

Suspensão

Desde o início do ano, as estatísticas oficiais de emprego com carteira assinada estão suspensas. Os dados de 2020 do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) deixaram de ser divulgados por causa da mudança na forma de registro dos dados, que passou a ser feita no eSocial, sistema

eletrônico de registro das informações de empregadores e de empregados.

Além de empresários que ainda estavam adaptando-se ao processo informatizado, a pandemia do novo coronavírus tem impedido as empresas de concluírem a transição para o novo sistema. Segundo o Ministério da **Economia**, a divulgação do Caged será retomada assim que as empresas puderem enviar as informações corretamente.

Para dúvidas e esclarecimentos, o empregado pode acionar as superintendências por e-mail. No Distrito Federal, por exemplo, o e-mail é trabalho.df@mte.gov.br. Em cada unidade da Federação, basta trocar a sigla da Unidade da Federação para a do local desejado (trabalho.mg@mte.gov.br, trabalho.rj@mte.gov.br e assim por diante).

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Boletim focus projeta um novo recuo: 4,11%



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília (AE) - Os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre a **economia** brasileira e a crise política no governo de Jair Bolsonaro fizeram os economistas do **mercado** financeiro cortarem novamente suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. Conforme o Relatório de Mercado Focus, a expectativa para a **economia** este ano passou de retração de 3,76% para queda de 4,11%. Há quatro semanas, a estimativa era de baixa de 1,96%. Para 2021, o **mercado** financeiro manteve a previsão do Produto Interno Bruto (PIB), de alta de 3,20%. Quatro semanas atrás, estava em 2,70%.

Em março, na esteira da pandemia, o BC atualizou, por meio do Relatório Trimestral de Inflação (RTI), sua projeção para o PIB em 2020, de alta de 1,8% para variação zero. O próprio BC, no entanto, já reconheceu que o cenário está se alterando rapidamente e que, por isso, a projeção do RTI não reflete a situação atual.

No Focus divulgado nesta segunda-feira, 11, a projeção para a produção industrial de 2020 foi de baixa de 2,75% para recuo de 3,00%. Há um mês, estava em baixa de 1,42%. No caso de 2021, a estimativa de crescimento da produção industrial passou de 3,00% para 2,75%, ante 2,95% de quatro semanas antes.

A pesquisa Focus mostrou ainda que a projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2020 passou de 62,10% para 64,15%. Há um mês, estava em 60,00%. Para 2021, a expectativa foi de 64,98% para 65,20%, ante 60,73% de um mês atrás.

O Relatório trouxe nesta semana mudança na projeção para o resultado primário que foi de 7,20% para 7,52%. Para 2021, foi de 1,90% para 2,00%.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-

RN - ECONOMIA

Indústria prevê queda



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz Antônio Felipe

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta queda de 4,2% na **economia** este ano. Também prevê retração de 3,9% na produção industrial em 2020. Na previsão do **mercado** financeiro a queda do PIB será de 4,11%. A projeção do Relatório Focus para o câmbio em 2020 segue em R\$ 5,00. Para a inflação no IPCA, em 2020, a projeção sobe para passa de 1,97% e de 3,30% para 3,25% em 2021. Já os pedidos de seguro-desemprego sobem 22,1% e somam 748.484 em abril A cada semana essas estimativas pioram, não só no Brasil como em diversos países.

Recessão

O banco Itaú corta a projeção de PIB do Brasil em 2020 de -2,5% para -4,5%. Na previsão do banco francês Société Générale, a **economia** brasileira recuará 7,4% em 2020 com a crise do coronavírus. A recessão vai se aprofundando e prevê que a dívida do País atingirá 100% do PIB, em 2022.

Cotações

O barril do petróleo (spot) foi vendido a U\$ 25,53, um recuo de 0,57%, por conta dos repetidos temores sobre a demanda. O Ibovespa caiu 1,49% para 79.065 pontos. O dólar sobre 1,14% para R\$ 5,8102 e o euro a R\$ 6,357. Já o superávit na balança comercial na 1ª semana de maio foi de US\$ 2,475 bilhões, um volume expressivo.

Emprego

O Indicador Antecedente de Emprego registra a maior queda mensal, em abril, agora ao menor nível histórico, diz a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O IAEmp despencou na passagem de março para abril, para 39,7 pontos. A queda mensal foi recorde. Os impactos da pandemia de coronavírus se mostram cada vez mais fortes no Indicador.

Economia

A empresa Boa Vista apurou que as vendas do comércio para o Dia das Mães, em 2020, caíram 41% ante 2019, uma decepção na segunda melhor data do varejo do ano. A próxima data

promocional é de 12 de junho (Dia dos Namorados) e mais uma vez com o comércio fechado.

Dificuldades x oportunidades

'Na crise é quando aparece a oportunidade de investimento', ou, 'o brasileiro é um empreendedor'. As duas frases foram levadas ao pé da letra, agora com o desemprego em alta no Brasil, mesmo antes do impacto da crise do novo coronavírus. O número de MEIs (Microempreendedores Individuais) subiu 12,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, de acordo com dados da empresa Boa Vista. Nas demais categorias houve recuo de 5,8%. Os MEIs são 81,7% dos casos de aberturas de empresas no primeiro trimestre. O levantamento mostra que o setor de serviços representou 62,5% das aberturas no período.

Repasse

Mais uma boa notícia para as finanças dos Estados. A União pagará a dívida de R\$ 81 bilhões para aliviar Estados. A proposta é quitar este ano 90% de débito com fundo educacional que se arrasta há cinco anos, segundo uma fonte do Palácio do Planalto.

Inflação (I)

Em Natal, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC subiu 0,03% em abril, em relação ao mês anterior e a Cesta Básica aumentou 2,94%, segundo a Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos, do Idema. A variação do IPC no ano ficou em 1,56%. Nos últimos doze meses (maio/19 a abril/2020) a variação atingiu 3,68% e 492,14% desde o início do Plano Real. Para o Dieese, o **salário** mínimo em abril

deveria ter sido de R\$ 4.673,06.

Inflação (II)

Todas as taxas de inflação de abril apresentaram queda acentuada, a partir do IGP-M, depois o IPCA que é a inflação oficial e o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) que variou 0,05% em abril, percentual inferior ao apurado no mês anterior, quando o índice havia registrado taxa de 1,64%. Com este resultado, o índice acumula alta de 1,80% no ano e de 6,10% em 12 meses.

Débitos

A ABIH-RN viabiliza acordo com COSERN para parcelamento de débitos. Por conta da redução do consumo de energia elétrica de hotéis, além dos cancelamentos de reservas, no qual ultrapassaram a marca de 95%, impossibilitando assim, a manutenção dos compromissos antes assumidos, diante disso, o presidente da ABIH-RN, José Odécio, negociou com a Cosern um acordo para parcelamento das contas de março e abril, em 1+8 sem **juros**.

Capitalização

No Nordeste, os clientes da Capitalização sacaram R\$ 20 milhões em prêmios, segundo revelou a Federação Nacional de Capitalização (FenaCap). Federação apurou que o Nordeste registrou crescimento de 69,93% na distribuição de prêmios para clientes que tiveram Títulos de Capitalização contemplados nos meses de janeiro e fevereiro.

Emprego

As oportunidades de emprego continuam por todo o País. Os concursos públicos têm 25.286 vagas com salários de até R\$ 18,5 mil. em várias regiões do país, principalmente, de prefeituras. Por conta da pandemia, alguns desses concursos foram ou podem ser adiados para 2021, como o do IBGE.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Arena das Dunas embolsou R\$ 109 milhões a mais, diz Control/RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz Henrique Gomes

A Controladoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte (Control/RN) apresentou o relatório final da auditoria sobre a execução do contrato de concessão da Arena das Dunas e recomendou que o Governo do Estado suspenda os pagamentos à concessionária que administra a arena multiuso onde foram mandados quatro jogos da Copa do Mundo 2014 em Natal. O documento aponta que o Estado pagou quase R\$ 110 milhões a mais do que deveria à Arena das Dunas.

Créditos: Magnus Nascimento Controladoria Geral do Estado recomendou suspensão dos

pagamentos mensais e revisão dos termos contratuais com a Arena

O empreendimento multiuso está localizado entre os três principais corredores viários de Natal. Tem capacidade para 31.368 espectadores, vagas exclusivas para pessoas com deficiência, orientação por piso tátil, comunicação utilizando o método braile, cinco rampas de acesso, seis elevadores, 2.300 vagas de estacionamento, 159 banheiros, lounge vip e diversos espaços comerciais. A Arena foi construída para sediar jogos da Copa do Mundo e, desde então, é explorada por empresa que fez acordo de concessão com o Estado.

Para viabilizá-lo, a concessionária firmou contrato financiamento total de R\$ 475.851.000,00 junto ao BNDES e à instituição financeira Vinci. De acordo com a Control/RN, estima-se que o valor a ser pago às instituições financeiras, juntamente com **juros** e correção, será de R\$ R\$ 837.813.203,00. No entanto, o valor a ser pago pelo Estado é bem superior, ainda de acordo com o levantamento realizado.

A Control/RN fez uma avaliação tomando como base os aspectos contábil, operacional, financeiro e patrimonial. Segundo o relatório, o valor total da contraprestação paga pelo Estado à Arena das Dunas em abril deste ano correspondeu a R\$ 10.908.598,70, sendo R\$ 8.726.878,96 referentes à parcela fixa e R\$ 2.181.719,74 à parcela variável. Diante da sistemática de pagamento da parcela fixa estabelecida contratualmente, e sendo considerados os valores já pagos, a Control/RN

estima, sem considerar a atualização dos valores que ainda serão pagos, que o montante total a ser repassado pelo Estado à concessionária será de cerca de R\$ 1.525.706.265,46, sendo R\$ 1.199.019.649,08 de parcela fixa.

'Diante disso, temos que os valores que, nos termos contratados, devem ser repassados pelo Estado do Rio Grande do Norte à Arena das Dunas Concessão e Eventos S/A, pela disponibilização da Arena das Dunas, em muito superam aqueles que foram utilizados para que esta realizasse as obras que foram necessárias", destaca o relatório da Control/RN.

Contraprestação onerosa

De acordo com o estudo, do total a ser pago pelo Estado a título de parcela fixa, aproximadamente 70% já seria suficiente ao adimplemento total dos financiamentos que custearam a disponibilização da Arena das Dunas. Os demais 30%, no montante de R\$ 361.206.446,08, não apresentam correspondência com serviços a serem prestados pela concessionária 'tornando-se evidente que a contraprestação a ser paga pelo Estado se mostra excessivamente onerosa".

A Control/RN também ressaltou que, no que pese a importância de se garantir à concessionária uma remuneração justa, que compense o custo do seu capital investido na presente concessão, 'mostram-se indefensíveis direitos do particular de obter lucros exorbitantes da Administração Pública, tampouco de onerar os usuários com tarifas desproporcionais, sendo nulas as cláusulas ou mecanismos provocadores de tal distorção".

Segundo o levantamento da Control/RN, a Arena das Dunas, até outubro de 2019, havia pago o montante de R\$ 381.529.169,95 ao BNDES e R\$ 135.954.000,00 à Vinci, o que totaliza R\$ 517.483.169,95. Por sua vez, o Estado, até outubro de 2019, já havia repassado à Arena das Dunas quantia de R\$ 626.671.272,93 referentes somente à parcela fixa. Isso demonstra que R\$ 109.188.102,98 foram pagos a mais.

'Não obstante o fato de o Estado já ter pago, como visto acima, um valor à concessionária bem superior ao que lhe foi necessário para quitar as suas dívidas no período em questão, a lesividade ao patrimônio público estadual no caso em tela fica ainda mais evidente quando analisados os valores que são, teoricamente, ainda devidos por ambas as partes", disse a Control/RN no documento.

Excessivo e exorbitante

Pelo levantamento, a dívida da concessionária quanto aos financiamentos obtidos é de R\$ 320.330.033,05, enquanto o Rio Grande do Norte deve à Arena das Dunas a quantia de R\$ 572.348.376,15, sendo essa, portanto, maior do que o adimplemento do financiamento obtido pela concessionária para a realização das obras referente à construção da Arena das Dunas em R\$ 211.141.930,07, valor considerado pela Control/RN 'excessivo e exorbitante".

'Ante todo o exposto, tendo em vista que as quantias adimplidas pelo Estado excedem os pagamentos realizados pela concessionária em R\$ 109.188.102,98, recomenda-se que o Rio Grande do Norte suspenda o pagamento

referente à parcela fixa da contraprestação devida à Arena das Dunas Concessão e Eventos S/A até que os valores repassados à concessionária estejam em patamar de igualdade em relação aos seus pagamentos às instituições financeiras anteriormente citadas".

Além disso, a Control/RN também recomendou que, quando os valores estejam em patamares iguais, o Estado limite o adimplemento referente à parcela fixa da contraprestação à quantia de R\$ 837.813.203,00, correspondente aos recursos comprovadamente obtidos pela concessionária para a realização das obras da Arena das Dunas.

Sobre o contrato, a Control/RN recomendou que o Estado busque a renegociação dos termos da sua contraprestação mensal à concessionária, visando equipará-los aos pagamentos da Arena das Dunas às instituições financeiras.

Em nota, a Arena das Dunas disse que ainda não teve conhecimento sobre o teor da auditoria e que estranhou a notícia publicada.

'A Arena das Dunas não recebeu oficialmente a conclusão dos trabalhos de auditoria feitos pela Controladoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte (Control-RN). Estranhamos a notícia de que o resultado de uma auditoria levada a efeito na Control-RN sobre um ativo público seja divulgada em coletiva de imprensa sem que seu teor seja conhecido pelo concessionário. A Arena das Dunas se posicionará oficialmente após conhecer e analisar a íntegra do referido relatório', destacou a empresa em nota enviada à TRIBUNA DO NORTE.

Arena das Dunas tem alto custo de manutenção

O relatório da Controladoria Geral do Estado sobre o contrato da Arena das Dunas com o Poder Público analisou também os custos de manutenção do empreendimento. Segundo o documento, os gastos são duas vezes maiores do que os aplicados na manutenção da Arena Pernambuco, equipamento com capacidade maior do que a arena potiguar.

Pelo relatório, a parcela variável da contraprestação paga à concessionária pelo Estado é de R\$ 2.181.719,74, referente à prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção da arena e de seu estacionamento. Pelo contrato, a parcela será determinada por correlação com a nota atribuída ao desempenho da Arena na execução de tais serviços, em conformidade com sistema de avaliação mensal de desempenho realizada através do chamado Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), previsto em contrato. A avaliação é realizada por empresa contratada para atuar como verificador independente.

De acordo com o relatório, a avaliação do desempenho da concessionária na gestão e manutenção da Arena das Dunas é um requisito para justificar o montante pago como parcela variável da contraprestação devida pelo Estado à Arena, por isso é realizada por verificador independente. Essas notas são referentes a critérios pré-estabelecidos e, de acordo com a Control/RN, a Arena recebe integralmente os valores caso atinja pontuação igual ou superior a 80 pontos.

'Esse quadro resulta em um panorama no qual

a única preocupação da contratada é a de atingir tal pontuação - não se preocupando com a manutenção da Arena em todos os seus aspectos, mas focando mais naqueles fatores que tem maior peso e lhe trarão uma maior nota", disse o relatório da Control/RN.

Dessa forma, atingindo os 80 pontos, a Arena recebe os valores integrais correspondentes à parcela variável. Por entender que a avaliação tem poucos níveis de variáveis, a Control/RN acredita que 'é necessária a revisão do contrato para que o QID seja redimensionado, de forma que sejam incluídos novos níveis de notas a serem atribuídas - escalonando-se a avaliação a ser feita". Na opinião do órgão, essa medida garantirá 'uma maior fidedignidade e correspondência com a realidade vistoriada', 'trazendo benefícios à manutenção da Arena e resultando em **economia** para o Estado".

Sobre os valores, a Control acredita que é necessária a necessária a alteração do critério de correspondência entre a nota atribuída através da avaliação e a quantificação da parcela variável da contraprestação. A medida seria uma forma de fazer com que a Arena dê igual atenção a todos os aspectos da sua atuação na manutenção, gestão e operação da Arena das Dunas e do seu estacionamento, fazendo com que ocorram mais lucros.

Comparando com valores pagos pelo Poder Público a outros estádios, a Control/RN entende que o valor está muito acima da realidade. O Estado de Pernambuco, por exemplo, tem investido na gestão, operação e manutenção da Arena Pernambuco o valor médio mensal de aproximadamente R\$ 900.000, para uma Arena maior, com

capacidade para 44.300 espectadores, enquanto o RN, cuja Arena das Dunas possui capacidade para apenas 31.368 expectadores, pagou em abril de 2020 à concessionária, a título de parcela variável, o total de R\$ 2.181.719,74.

Por isso, a Control recomendou que o Executivo busque a renegociação dos valores pagos a título de manutenção, gestão e operação da Arena das Dunas, referentes à parcela, 'realizando amplo estudo técnico que mensure quais serão os critérios necessários para que esses serviços sejam devidamente prestados e, ao mesmo tempo, estipulem parâmetros justos, a ambas as partes da presente Concessão Administrativa, para a sua remuneração".

Principais pontos do relatório

1- A Control/RN estima, sem considerar a atualização dos valores que ainda serão pagos, que o montante total a ser repassado pelo Estado à concessionária será de cerca de R\$ 1.525.706.265,46, sendo R\$ 1.199.019.649,08 de parcela fixa.

2- Pelo levantamento, a dívida da concessionária quanto aos financiamentos obtidos é de R\$ 320.330.033,05, enquanto o Rio Grande do Norte deve à Arena das Dunas a quantia de R\$ 572.348.376,15, sendo essa, portanto, maior do que o adimplemento do financiamento obtido pela Arena das Dunas.

3- O Estado de Pernambuco, por exemplo, tem investido na gestão, operação e manutenção da Arena Pernambuco o valor médio mensal de aproximadamente R\$ 900.000, para uma Arena

maior, com capacidade para 44.300 espectadores, enquanto o RN, cuja Arena das Dunas possui capacidade para apenas 31.368 espectadores, pagou em abril de 2020 à concessionária, a título de parcela variável, o total de R\$ 2.181.719,74.

4- A Control recomendou que o Executivo busque a renegociação dos valores pagos a título de manutenção, gestão e operação da Arena das Dunas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro confirma veto à possibilidade de reajuste



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Gustavo Porto

Brasília (AE) - O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que irá atender em "100%" a demanda do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, e manterá a proposta de congelamento salarial para servidores públicos até dezembro de 2021.

A proposta é a contrapartida de Estados e municípios para a que fosse aprovado o projeto de socorro financeiro, de R\$ 60 bilhões em injeção de recursos do Tesouro para minimizar os impactos do novo coronavírus na **economia** local. A proposta incluiu a renegociação e postergação de dívidas. No entanto, várias

categorias foram excluídas na tramitação do projeto no Congresso, o que levou Guedes a pedir o veto de Bolsonaro às mudanças.

"Conversei com Paulo Guedes. **Economia** trabalha na questão dos vetos e vamos atender 100% o Paulo Guedes", disse Bolsonaro ao chegar ao Palácio da Alvorada. Segundo ele, os vetos devem ser publicados até quarta-feira, 13. "Talvez quarta-feira vamos decidir. Servidor público vai estar congelado, a tendência neste ano é ter deflação, porque todo mundo perdeu poder aquisitivo, exceto servidor público", disse.

Para o presidente, a grande maioria dos servidores públicos é consciente que se a **economia** não se recuperar não haverá dinheiro para pagar os salários. "Até 31 de dezembro do ano que vem, se for vetado e não derrubarem o veto, não tem mais nada que fazer na **economia** a não ser desburocratizar", disse Bolsonaro, citando um novo decreto assinado por ele que teria revogado mais de 300 outros decretos. Sete de cada dez servidores em serviço nos Estados e municípios vão poder ter reajustes salariais até dezembro de 2021. O restante vai arcar sozinho com o congelamento de salários e promoções nos próximos 18 meses.

Aumentos

As alterações feitas na Câmara e mantidas pelo Senado, que "salvaram" várias categorias do congelamento de salários, reduziram o alcance da medida proposta pelo ministro da **Economia** Paulo Guedes, como uma "cota de sacrifício" do funcionalismo público - que tem estabilidade no

emprego - na crise da pandemia da covid-19.

O crescimento da folha de pessoal é hoje o principal fator a corroer o espaço do Orçamento da maioria dos Estados e municípios brasileiros. Os servidores das áreas de Saúde, Educação e Segurança são responsáveis pelo maior peso nas folhas de governadores e prefeitos.

Mais uma vez, as diversas categorias de servidores mostraram força de mobilização e pressão tanto na Câmara como no Senado, mesmo com as críticas de diversos setores da sociedade civil, afetados pela crise com demissões e corte de salários, que cobraram medidas semelhantes dos servidores.

De acordo com dados oficiais, hoje já são mais de 5,5 milhões de trabalhadores que tiveram o **salário** reduzido ou o contrato suspenso por causa da crise provocada pela pandemia. A expectativa é que 73% dos empregados formais sejam atingidos com uma das duas modalidades. Outros 50 milhões de pessoas já receberam o auxílio emergencial de R\$ 600 pago pelo governo a desempregados e informais.

"Imagino que quem teve corte de salários esteja bastante frustrado de ter que pagar aumento para servidor que está ganhando **salário** em dia, enquanto o seu **salário** está cortado", disse o líder do Novo na Câmara, o deputado Paulo Gustavo Ganime (RJ).

O Novo foi o único a orientar o voto "não" na ampliação das categorias blindadas pela Câmara. "Eles (os deputados) pensaram menos no Brasil e mais em defender as próprias categorias e os votos que eles têm

nessas categorias", disse o deputado.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pediu aos servidores que não foram poupados que entendam o congelamento dos salários como uma "contribuição". "Os servidores vão contribuir apenas com a suspensão do reajuste por 18 meses", disse. "O que estamos pedindo (aos servidores) é uma colaboração uma contribuição", afirmou antes de votar o texto no Senado.

Na votação de quarta-feira, 6, os senadores chancelaram alterações feitas pela Câmara que afrouxaram a contrapartida estabelecida pelo ministro da **Economia** para que governadores e prefeitos recebam o dinheiro.

A equipe de Guedes tentou reverter algumas derrotas, mas não conseguiu convencer os senadores a evitar que servidores públicos recebam aumento salarial até o próximo ano.

Foram poupados do congelamento servidores da área de Saúde (como médicos e enfermeiros), policiais militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais legislativos, trabalhadores de limpeza urbana, de assistência social, agentes socioeducativos, técnicos e peritos criminais, professores da rede pública federal, estadual e municipal, além de integrantes das Forças Armadas.

Para a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), o Congresso fez "justiça" ao ampliar as categorias de servidores que vão poder ter reajustes nos salários até o fim de 2021. O sindicato sinalizou que vai recorrer do congelamento para os demais servidores, classificado como "indigno e vexatório". A

Fenafisco alegou que os servidores públicos estão entre os que mais pagam impostos no Brasil e, pelo critério da isonomia, manter o congelamento para os demais servidores é "legalmente frágil". A federação reúne 32 sindicatos com mais de 37 mil filiados.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senac/RN lança curso gratuito online sobre como iniciar vendas nas plataformas digitais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

disponibilidade de tempo, ou mesmo, maratonar. Os interessados no curso poderão acessar o endereço eletrônico (<http://lp.rn.senac.br/programa-digital>), fazer um cadastro bem rápido e pronto, já pode iniciar o curso. A notícia é do site do **Senac/RN**.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

Autor: Gustavo Varela

O Programa de Assistência Digital Empresarial do **Senac/RN** vem desenvolvendo algumas ações, com foco nos empresários, visando auxiliá-los na comercialização de seus produtos nas plataformas digitais. Além das lives, que são abertas ao público por meio do canal do Youtube, o programa também desenvolveu um curso online gratuito de Como abrir o seu e-commerce: estratégias e modelos de negócios. O curso tem cinco módulos, no formato de vídeos-aulas e que traz o passo a passo de como levar o seu negócio para o digital e impulsionar as vendas. O diferencial é que você pode assistir a essas aulas conforme

Mercado financeiro prevê queda de 4,11% na economia este ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **mercado** financeiro revisou pela 13ª semana seguida a previsão de queda da **economia** este ano. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - piorou de 3,76% para 4,11%.

A estimativa consta do boletim Focus, publicação elaborada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

A previsão para o crescimento do PIB em 2021 segue em 3,2% e para 2022 e 2023 continua em 2,50%.

Dólar

A cotação do dólar deve fechar o ano em R\$ 5, a mesma previsão da semana passada. Para 2021, a expectativa é que a moeda americana fique em R\$ 4,83%, contra R\$ 4,75 da semana passada.

Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC também reduziram a previsão de inflação de 2020. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu pela nona vez seguida, ao passar de 1,97% para 1,76%.

Para 2021, a estimativa de inflação também foi reduzida, de 3,30% para 3,25%. A previsão para os anos seguintes - 2022 e 2023 - não teve alterações e permanece em 3,50%.

A projeção para 2020 está abaixo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.

Para 2021, a meta é 3,75% e para 2022, 3,50%, também com intervalo de 1,5 ponto percentual em cada ano.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de **juros**, a Selic, estabelecida atualmente em 3,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o **mercado** financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2020 em 2,5% ao ano. A previsão anterior era 2,75% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Quando o Copom aumenta a taxa básica de **juros**, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços

porque os **juros** mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Para o fim de 2021, a expectativa é que a taxa básica chegue a 3,5% ao ano. A previsão anterior era de 3,75% ao ano. Para o fim de 2022, as instituições mantiveram a previsão em 5,5% ao ano e, para o fim de 2023, a estimativa segue em 6% ao ano.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Prefeitos podem adiar pagamento da Previdência e deixar rombo de R\$ 18,5 bilhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Congresso Nacional abriu uma brecha para que as prefeituras possam suspender o pagamento de sua parte na contribuição previdenciária aos regimes próprios de servidores municipais de março a dezembro de 2020. Se todos os municípios elegíveis aderirem, 2,1 mil prefeitos jogarão para os sucessores uma bomba de R\$ 18,5 bilhões.

O problema é que muitos desses regimes previdenciários já estão desequilibrados, e o Ministério da **Economia** vê risco até de faltar dinheiro para o pagamento de benefícios.

O dispositivo foi inserido pelo Senado Federal no projeto de socorro aos Estados e municípios, aprovado por senadores e deputados e que agora está na mesa do presidente Jair Bolsonaro para sanção. A área técnica deve recomendar veto ao presidente, segundo apurou o Estadão/Broadcast, mas o Planalto pode ou não acolher a orientação. Um veto também pode ser derrubado no Congresso Nacional.

Entidades municipais negam qualquer interesse eleitoreiro na medida, desenhada, segundo eles, para dar alívio às prefeituras num momento de sobrecarga dos sistemas de saúde e assistência para o combate à pandemia do novo coronavírus.

A área econômica do governo, porém, viu na ação uma tentativa de aproveitar a calamidade pública e o afastamento de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para ajudar os prefeitos a fechar as contas no período final de mandato.

Pagamentos adiados

Além de beneficiar as prefeituras que têm regimes próprios, o projeto também permite a

municípios que contribuem ao INSS adiar pagamentos das prestações de dívidas refinanciadas em 2017. Naquele ano, uma lei permitiu às prefeituras parcelar cerca de R\$ 75 bilhões em débitos, com descontos em multas **juros**, por um prazo de até 200 meses.

Com a lei aprovada esta semana no Congresso, os pagamentos das parcelas ficam suspensos também entre março e dezembro de 2020. Essas prestações vão para o fim da fila, ou seja, serão quitadas apenas ao final do contrato, que dura até 16 anos e meio. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estima um alívio de R\$ 5 bilhões com essa medida.

Procurada, a Secretaria de Previdência do Ministério da **Economia** informou que "avalia como tecnicamente preocupante a suspensão do pagamento das contribuições previdenciárias devidas pelos municípios". Segundo o órgão, a iniciativa vai aumentar o endividamento previdenciário dos municípios que recolhem ao INSS e o déficit atuarial dos que têm regime próprio. O déficit atuarial reflete o rombo que sobraria nos cofres caso a prefeitura tivesse que desembolsar hoje todos os benefícios previstos para o futuro.

"Alguns municípios, cujos RPPS (regimes próprios) possuem reservas financeiras muito baixas, poderão inclusive enfrentar dificuldade para o pagamento de seus aposentados e pensionistas", alerta o órgão em nota.

Segundo a Secretaria de Previdência, se todos os municípios aprovarem lei suspendendo as contribuições aos regimes próprios, a folga pode chegar a aproximadamente R\$ 18,5 bilhões, "agravando a situação do desequilíbrio financeiro e atuarial desses RPPS e o risco de não pagamento de benefícios".

FNP

O vice-presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Firmino Filho, de Teresina (PI), diz que a suspensão das contribuições é um "alívio necessário" diante da perda de receita. Ele refutou os cálculos do governo de que a folga pode chegar a R\$ 18,5 bilhões e disse que a conta está superestimada. "É um auxílio pequeno."

Para Firmino Filho, as críticas à medida partem de quem "não entendeu o momento que estamos vivendo". "Tem muito burocrata em Brasília que vive distanciado da província", afirma. Ele também refuta o risco de calote no pagamento dos benefícios e garante que os prefeitos "terão responsabilidade" para assegurar os repasses.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, diz que

haverá regulamentação do Ministério da **Economia** para evitar desvios no uso da folga que será aberta no Orçamento das prefeituras com a medida. Segundo ele, a ideia é prever que o dinheiro só poderá ser usado para repor perdas na arrecadação, auxiliar no pagamento da folha ou para bancar ações de combate à pandemia.

"Não vai acontecer isso (uso para fins eleitorais), não há essa possibilidade", afirma Aroldi. Segundo ele, não haverá sequer espaço para prefeitos flertarem com aumento de gastos supérfluos como plataforma de campanha, porque as dificuldades permanecerão até o fim do ano.

Nos cálculos da CNM, os municípios devem ter até o fim do ano uma perda de R\$ 74,5 bilhões em receitas com a crise de gerada pela pandemia. O socorro federal, por sua vez, garantiu um repasse de R\$ 23 bilhões às prefeituras, cerca de um terço do buraco. "O prefeito que usar o espaço pela suspensão das contribuições previdenciárias para obras não atenderá às pessoas nas áreas de saúde e assistência", diz Aroldi.

O aval à suspensão de pagamentos das prefeituras à Previdência aprovada pelo Congresso permite que os municípios interrompam o recolhimento de contribuições tanto regulares quanto extraordinárias, na avaliação de técnicos ouvidos pelo Estadão/Broadcast.

As alíquotas extraordinárias são bancadas pelo município quando há necessidade de sanar um desequilíbrio atuarial no fundo responsável por pagar aposentadorias. É o chamado plano de equacionamento, espécie de esforço feito agora para evitar que falte dinheiro para benefícios no futuro.

Uma das cidades que têm plano de equacionamento vigente é Santa Maria (RS). Lá, a prefeitura precisa desembolsar todo mês 18% sobre a folha a título de contribuição regular e mais 33,46% sobre a mesma base como alíquota extraordinária. Em 2029, a cobrança extra chegará a 111,08% da folha para dar conta do buraco, segundo o plano aprovado no fim de 2018.

A avaliação na área econômica é que os municípios já têm um cenário delicado para honrar os compromissos com a Previdência no futuro. Por isso, adiar esse tipo de pagamento apenas "joga a bomba" para os sucessores. No caso dos pagamentos aos regimes próprios, a lei sequer diz quando os valores devidos serão regularizados. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senado pauta projeto que limita juro do cheque especial e do cartão em 20% ao ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Senado pautou para a sessão desta terça-feira (12) um projeto de lei que limita a cobrança de **juros** no cheque especial e no cartão de crédito em 20% ao ano. A proposta, apresentada este ano pelo senador Alvaro Dias (Podemos), valerá para as dívidas contraídas entre março de 2020 e julho de 2021. O projeto também proíbe os bancos de reduzirem, neste período, os limites de crédito que estavam disponíveis em 28 de fevereiro de 2020 - portanto, antes de a crise provocada pelo novo coronavírus se intensificar.

Na prática, o projeto de lei traz um tabelamento

das taxas de **juros** e a proibição de que os bancos, em função disso, se recusem a liberar recursos aos seus clientes. O objetivo é minimizar os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre famílias e empresas.

"Com a taxa Selic (os **juros** básicos da **economia**, atualmente em 3,00% ao ano) tão baixa, não é razoável manter **juros** superiores a 600% ao ano. Uma taxa de 20% ao ano é absolutamente satisfatória e suficiente para remunerar as instituições de crédito nesse período de crise", defendeu Alvaro Dias, ao justificar a proposta. "Para não se correr o risco de a instituição reduzir o limite de crédito, excepcionalmente durante este período, não será permitida a redução do limite nas modalidades de cheque especial e do cartão de crédito."

Custo da redução

Sucinta, a proposta de Alvaro Dias não traz uma descrição dos custos das operações com cheque especial e cartão de crédito. Estas modalidades de crédito, por serem emergenciais, possuem maior nível de inadimplência e também custos operacionais - como o de recuperação de recursos em caso de não pagamento.

A proposta também não traz justificativa para que o teto tenha sido estabelecido em 20% ao ano. Além disso, uma taxa de **juros** de 600% ao ano - como citado no projeto - não é uma realidade para a maioria dos tomadores de crédito.

Dados do Banco Central mostram que, em março, o juro médio do cheque especial estava em 130,0% ao ano para pessoas físicas. No caso do cartão de crédito, a taxa média do rotativo regular - que inclui operações em que o cliente paga pelo menos a fatura mínima - estava em 296,1% ao ano.

Nos números do BC, não existe hoje nenhuma instituição que esteja cobrando **juros** acima de 600% no cheque especial: a maior taxa atualmente é de 161,52% ao ano (esta taxa leva em conta outros custos, além dos **juros**). No rotativo regular do cartão, o maior custo atualmente é de 790,55% ao ano. De 51 instituições financeiras monitoradas pelo BC até 24 de abril, apenas três tinham taxas superiores a 600% no rotativo regular.

Algumas instituições financeiras já demonstram preocupação com a possibilidade de este projeto ser aprovado. Isso porque não houve um estudo aprofundado para o estabelecimento de um limite de 20% ao ano. Além disso, uma redução drástica de **juros** pressupõe um custo - que, no limite, será bancado pela instituição financeira.

Desde julho de 2018, os bancos estão oferecendo um parcelamento para dívidas no cheque especial. A opção vale para débitos superiores a R\$ 200. A expectativa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) era de que essa migração do cheque especial para linhas mais baratas acelerasse a tendência de queda do juro cobrado ao consumidor. Em função da ineficácia da autorregulação da Febraban, o BC anunciou a limitação dos **juros** do cheque especial em 151,82% ao ano, a partir de 6 de janeiro de 2020. Esta regra está em vigor.

No caso do cartão, em abril de 2017, começou a valer a regra que obriga os bancos a transferirem, após um mês, a dívida do rotativo para o parcelado, a **juros** mais baixos. A intenção do governo com a nova regra era permitir que a taxa de **juros** para o rotativo do cartão de crédito recuasse, já que o risco de inadimplência, em tese, cai com a migração para o parcelado. Atualmente, porém, o risco de inadimplência aumentou, justamente porque muitas famílias estão enfrentando redução de renda, na esteira da pandemia.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar sobe e fecha a R\$ 5,82 com tensões no Brasil e no exterior



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em meio a tensões no Brasil e no exterior, o dólar subiu e aproximou-se da cotação recorde. O dólar comercial encerrou esta segunda-feira (11) vendido a R\$ 5,824, com alta de R\$ 0,084 (+1,47%). Esse é o segundo maior valor nominal (sem considerar a inflação) desde a criação do real, só perdendo para a última quinta-feira (7), quando a cotação tinha fechado em R\$ 5,84.

O euro comercial fechou a R\$ 6,293, com alta de 1,23%. A libra comercial encerrou o dia vendida a R\$ 7,181, com alta de 0,9%.

O dólar operou em alta durante toda a sessão. Na máxima do dia, por volta das 16h30, encostou em R\$ 5,84. A divisa acumula alta de 45,14% em 2020.

O Banco Central (BC) interferiu pouco no **mercado**. A autoridade monetária fez um leilão de contratos novos de cerca de US\$ 500 milhões de swap cambial - que equivalem à venda de dólares no **mercado** futuro.

Nos últimos dias, os investidores têm repercutido a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de reduzir a Selic (taxa básica de **juros**) para 3% ao ano. Além de reduzir a taxa além do estimado, o BC indicou que pretende promover um novo corte de até 0,75 ponto percentual em junho, o que poderia levar a Selic para 2,25% ao ano.

Juros mais baixos tornam menos atrativos os investimentos em países emergentes, como o Brasil, estimulando a retirada de capitais estrangeiros. As tensões políticas internas também interferiram nas negociações, principalmente em torno do veto à exclusão de diversas categorias de servidores estaduais e municipais do congelamento de salários que consta da lei de ajuda aos estados e às prefeituras afetadas pela pandemia de covid-19.

amenizar o impacto sobre os mercados globais.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsa de valores

O dia foi marcado por perdas no **mercado** de ações. O índice Ibovespa, da B3 (bolsa de valores brasileira), fechou esta segunda-feira aos 79.065 pontos, com queda de 1,49%. O indicador alternou momentos de alta e de baixa até por volta das 15h, mas passou a operar em queda nas horas seguintes.

O Ibovespa foi afetado pelo **mercado** externo. Influenciado pelo aumento de casos de coronavírus em países que relaxaram as restrições sociais, como a Alemanha e a Coreia do Sul, o índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, encerrou o dia com perda de 0,45%.

Há várias semanas, mercados financeiros em todo o planeta atravessam um período de nervosismo por causa da recessão global provocada pelo agravamento da pandemia do novo coronavírus.

As interrupções na atividade econômica associadas à restrição de atividades sociais travam a produção e o consumo, provocando instabilidades. No entanto, o relaxamento de restrições em vários países da Europa e regiões dos Estados Unidos, após a superação do pico da pandemia, tinham começado a

Governo inclui academias e salões em atividades essenciais na pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Um decreto para incluir academias de ginástica, cabeleireiros, barbearias e salões de beleza como atividades essenciais durante a pandemia do novo coronavírus foi publicado hoje (11) em edição extra do Diário Oficial da União. Pelo dispositivo, essas atividades passam a ser consideradas essenciais, desde que obedecidas determinações sanitárias do Ministério da Saúde.

"Saúde é vida. Academias, salões de beleza e cabeleireiro, higiene é vida. Essas três categorias juntas é mais de um milhão de empregos", afirmou o presidente a jornalistas na

portaria do Palácio do Alvorada. Na maior parte do país, essas atividades estão com restrição de funcionamento decretadas por governos estaduais e prefeituras.

O decreto presidencial pode dar respaldo jurídico para a reabertura desses estabelecimentos, mas, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada em abril, estados e municípios podem adotar as medidas que acharem necessárias para combater o novo coronavírus, como isolamento social, fechamento do comércio e outras restrições, sem aval do governo federal.

Nas últimas semanas, decretos ampliaram o rol de atividades consideradas essenciais durante a pandemia. A mais recente flexibilização foi para o setor da construção civil e segmentos de fornecimento de combustíveis.

Em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, o ministro da saúde, Nelson Teich, afirmou que a pasta não participou da decisão de incluir academias, salões de beleza e barbearias como atividades essenciais.

Congelamento de salários

RN - ECONOMIA

Durante a entrevista concedida na entrada do Palácio do Alvorada, residência oficial, Bolsonaro afirmou que deve decidir, até quarta-feira (13), sobre os vetos ao projeto de lei (PL) que garante auxílio financeiro para auxiliar os estados, o Distrito Federal e os municípios no combate ao novo coronavírus. A medida foi aprovada na semana passada, pelo Congresso Nacional, e prevê um socorro financeiro de R\$ 125 bilhões.

Os estados e municípios, em contrapartida, deverão tomar medidas de controle de gastos, como suspender o reajuste de salários dos seus servidores até o final do ano que vem. No entanto, uma série de categorias, como profissionais de saúde, de segurança pública e das Forças Armadas, foram excluídas do congelamento salarial. O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, defende que essas exceções sejam vetadas do texto aprovado.

"A **Economia** está trabalhando na questão dos vetos, vamos atender 100% o Paulo Guedes. Teve alguns pedidos que não foram aceitos, houve pedido de tempo, de alguns governadores, para passar para quarta-feira a sanção do projeto. Vamos talvez decidir na quarta-feira", afirmou o presidente. Segundo ele, a crise econômica causada pelo novo coronavírus pode gerar um processo de deflação, com queda geral nos preços, o que poderia amenizar o congelamento de **salário** para funcionários públicos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-

Senac abre vagas para as demais empresas dentro do Programa de Assistência Digital Empresarial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Fecomércio RN

O **Sistema Fecomércio RN**, por meio do **Senac**, tem oferecido dentro do Programa Assistência Digital Empresarial, um serviço gratuito de orientação e capacitação para as micros, pequenas e médias empresas, com foco na capacitação para a comercialização dos seus produtos e serviços nas plataformas digitais.

O programa foi desenvolvido pensando em oferecer um suporte aos empresários do comércio afetados pelo isolamento social em vigor no estado, que estabeleceu a suspensão do funcionamento das atividades comerciais não essenciais para conter a disseminação da Covid-19.

A primeira etapa foi realizada com as empresas instaladas no bairro do Alecrim. Segundo do o empresário do segmento de refrigeração e também presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim (AEBA), Pedro Campos, a consultoria tem trazido novas oportunidades de vendas nas plataformas digitais.

Inicialmente, uma equipe do **Senac** RN realizará uma consultoria via telefone, na qual é feita uma análise de perfil da empresa identificando o nível de maturidade. Em seguida, é agendado um momento online, onde o consultor realizará uma consultoria, detalhando as reais necessidades da empresa e sugerindo modelos de negócio para implantação no ambiente virtual.

Além disso, os empresários também têm acesso ao curso gratuito Como Abrir o Seu E-Commerce: Estratégias e Modelos de Negócios, que conta com 5 módulos. São mais de 20 aulas com o passo a passo para implantar as

ferramentas digitais e fazer a diferença no online. Essas aulas estão disponíveis na Sala de Aula Virtual do **Senac** RN.

Uma outra ação que o programa está oferecendo são transmissões ao vivo (Lives) no canal do **Senac** no Youtube aberto ao público. Temas sobre como abrir uma conta no Instagram e vender pela ferramenta serão abordados pelos especialistas do **Senac** e tem gerado um engajamento muito bacana.

Para os empresários que desejam entrar no programa, basta entrar em contato pelo telefone e whatsapp 4005-1000 e registrar o interesse. Logo em seguida, os consultores entrarão em contato para iniciar a consultoria.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, SENAC RN, SISTEMA FECOMÉRCIO RN

Fecomércio RN distribui entre seus associados documento elaborado pela CNC com informações estratégicas para reabertura do comércio no pós-pandemia

Autor: Comunicação

Fecomércio RN

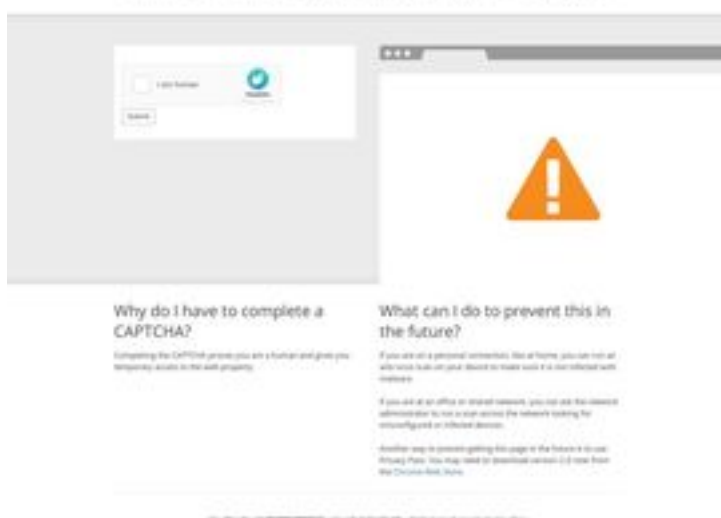
A Fecomércio RN está distribuindo entre os seus associados um documento elaborado pela **Confederação Nacional do Comércio (CNC)**, que contém orientações para a retomada das atividades econômicas no Brasil, destinado do setor do comércio de Bens, Serviços e Turismo. O objetivo é dar suporte e oferecer orientações úteis aos empresários, como forma de ajudá-los na reabertura dos negócios adotando procedimentos práticos em áreas vitais como a tributária, a trabalhista, a financeira e a sanitária, entre outras.

A cartilha, que é totalmente interativa, traz, ainda, um apanhado com as orientações dos Ministérios da Saúde e Economia para a retomada das atividades; informações sobre as linhas de crédito disponibilizadas; protocolos de saúde e higiene; dicas de marketing digital e e-commerce; orientações jurídicas; dicas para incrementar os negócios; além de uma sugestão de cronograma para reabertura do comércio, entre outros pontos.

'Este é um guia muito completo e as informações deverão ser de grande valia para o suporte prático aos empresários neste momento em que esperamos um indicativo das

One more step

Please complete the security check to access www.versatilnews.com.br



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

autoridades para a retomada. Muitos estabelecimentos estão fechados mas o momento é de se preparar para quando a reabertura for possível', explica o presidente da Fecomércio RN, **Marcelo Queiroz**.

O documento está disponível no link:
<http://fecomerciorn.com.br/apresentacoes/>

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio, FECOMÉRCIO RN, MARCELO QUEIROZ

Caixa prevê 45 milhões de contas digitais para reduzir filas nas agências



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, estimou nesta segunda-feira (11) a abertura de até 45 milhões de novas contas digitais nos próximos meses para brasileiros que recebem o auxílio emergencial contra a pandemia da covid-19.

Guimarães foi ouvido por videoconferência pública pela comissão mista dedicada a fiscalizar ações do governo no combate à pandemia (CN-Covid19). Ele destacou que o atendimento aos recipientes do auxílio ainda precisa de forte atuação presencial, em agências bancárias e casa lotéricas, mas o

aprimoramento da logística tem o potencial de promover 'uma revolução'.

- Parte dos beneficiários tem conhecimento maior [sobre tecnologia], mas alguns precisam de ajuda. Ao longo do tempo, vão tendo treinamento. Faremos um atendimento totalmente digital. Este programa irá mudar a vida dos brasileiros.

O presidente da Caixa foi questionado pelos parlamentares membros da comissão sobre as cenas de longas filas e agências lotadas que foram registradas nos primeiros dias da distribuição do auxílio emergencial de R\$ 600, pago a desempregados, mães solteiras e trabalhadores informais de baixa renda (Lei 13.892, de 2020). O relator da comissão, deputado Francisco Jr. (PSD-GO), parabenizou o banco pelo empenho na condução do programa, mas alertou para o perigo das aglomerações no atendimento presencial.

- A população é colocada em situação de risco para sobreviver, um contrassenso - ponderou.

As senadoras Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Zenaide Maia (Pros-RN) também questionaram sobre a lotação excessiva nos pontos de atendimento e sobre as alternativas às agências físicas. Pedro Guimarães respondeu que o pagamento do auxílio emergencial conta com 13 mil casas lotéricas e as redes de 52 outros bancos, além da sua própria estrutura, e que a Caixa tem contratado novos funcionários para as regiões de maior demanda.

Os senadores Esperidião Amin (PP-SC), Chico

Rodrigues (DEM-RR) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) manifestaram preocupação com os cidadãos que ainda não tiveram os seus cadastros para o auxílio aprovados, e também com aqueles que serão incluídos após a sanção do projeto de lei que expandiu as categorias profissionais que serão beneficiadas (PL 873/2020).

Pedro Guimarães explicou que todos os cidadãos elegíveis para o auxílio que se inscreverem até o dia 3 de julho terão a garantia do recebimento das três parcelas. Cerca de 17 milhões de cadastros da primeira leva de inscrições ainda estão pendentes, devido a irregularidades no preenchimento das informações, e aqueles que estiverem regulares devem ser liberados em breve. Os titulares desses cadastros receberão a primeira parcela na mesma data do pagamento da segunda, de forma acumulada. Até agora, 50 milhões de brasileiros - cerca de 24% da população nacional - já estão recebendo o auxílio emergencial.

Os senadores Izalci Lucas (PSDB-DF) e Vanderlan Cardoso (PSD-GO) tocaram no assunto dos cadastros fraudulentos, feitos por cidadãos que não têm o direito ao benefício. Izalci falou ainda sobre denúncias de 'ataques' aos servidores da Caixa Econômica Federal nos pontos de atendimento. Guimarães afirmou que as fraudes já foram reduzidas de forma significativa, junto com as filas, como parte do esforço de aprimoramento da execução do programa. Já quanto ao tratamento dispensado aos servidores, o presidente da Caixa fez um desagravo aos profissionais, que chamou de 'heróis'. Segundo ele, os funcionários trabalham de segunda a sábado, e por vezes aos domingos, atendendo uma média de 500

pessoas por dia.

Pedro Guimarães também respondeu a perguntas sobre a atuação da Caixa no **mercado** de crédito para estimular a **economia**. Segundo o presidente, o banco já ofereceu R\$ 154 bilhões em linhas de crédito facilitadas, com foco nos microempreendedores e no crédito imobiliário, com **juros** anuais a partir de 6,5%. As santas casas também contam com atendimento especial.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo inclui academias e salões em atividades essenciais na pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

Um decreto para incluir academias de ginástica, cabeleireiros, barbearias e salões de beleza como atividades essenciais durante a pandemia do novo coronavírus foi publicado nesta segunda-feira (11) em edição extra do Diário Oficial da União. Pelo dispositivo, essas atividades passam a ser consideradas essenciais, desde que obedecidas determinações sanitárias do Ministério da Saúde.

'Saúde é vida. Academias, salões de beleza e cabeleireiro, higiene é vida. Essas três categorias juntas é mais de um milhão de

empregos', afirmou o presidente a jornalistas na portaria do Palácio do Alvorada. Na maior parte do país, essas atividades estão com restrição de funcionamento decretadas por governos estaduais e prefeituras.

O decreto presidencial pode dar respaldo jurídico para a reabertura desses estabelecimentos, mas, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada em abril, estados e municípios podem adotar as medidas que acharem necessárias para combater o novo coronavírus, como isolamento social, fechamento do comércio e outras restrições, sem aval do governo federal.

Nas últimas semanas, decretos ampliaram o rol de atividades consideradas essenciais durante a pandemia. A mais recente flexibilização foi para o setor da construção civil e segmentos de fornecimento de combustíveis.

Em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, o ministro da saúde, Nelson Teich, afirmou que a pasta não participou da decisão de incluir academias, salões de beleza e barbearias como atividades essenciais.

Congelamento de salários

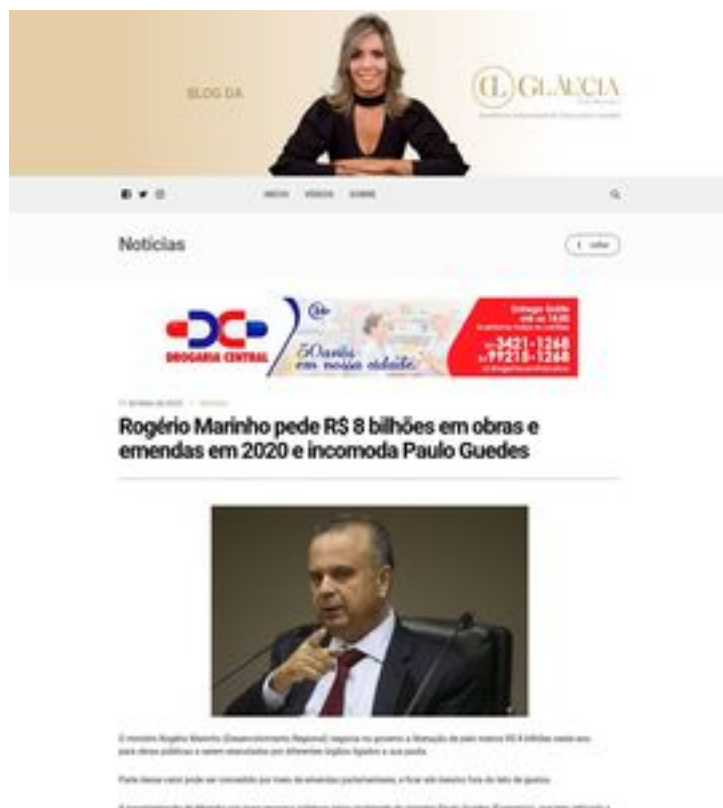
Durante a entrevista concedida na entrada do Palácio do Alvorada, residência oficial, Bolsonaro afirmou que deve decidir, até quarta-feira (13), sobre os vetos ao projeto de lei (PL) que garante auxílio financeiro para auxiliar os estados, o Distrito Federal e os municípios no combate ao novo coronavírus. A medida foi aprovada na semana passada, pelo Congresso

Nacional, e prevê um socorro financeiro de R\$ 125 bilhões. Os estados e municípios, em contrapartida, deverão tomar medidas de controle de gastos, como suspender o reajuste de salários dos seus servidores até o final do ano que vem. No entanto, uma série de categorias, como profissionais de saúde, de segurança pública e das Forças Armadas, foram excluídas do congelamento salarial. O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, defende que essas exceções sejam vetadas do texto aprovado.

'A **Economia** está trabalhando na questão dos vetos, vamos atender 100% o Paulo Guedes. Teve alguns pedidos que não foram aceitos, houve pedido de tempo, de alguns governadores, para passar para quarta-feira a sanção do projeto. Vamos talvez decidir na quarta-feira', afirmou o presidente. Segundo ele, a crise econômica causada pelo novo coronavírus pode gerar um processo de deflação, com queda geral nos preços, o que poderia amenizar o congelamento de **salário** para funcionários públicos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Rogério Marinho pede R\$ 8 bilhões em obras e emendas em 2020 e incomoda Paulo Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) negocia no governo a liberação de pelo menos R\$ 8 bilhões neste ano para obras públicas a serem executadas por diferentes órgãos ligados a sua pasta.

Parte desse valor pode ser concedido por meio de emendas parlamentares, e ficar até mesmo fora do teto de gastos.

A movimentação de Marinho por mais recursos públicos gerou incômodo do ministro Paulo Guedes (**Economia**), que tem criticado a tentativa de se usar o Tesouro para ações não

ligadas diretamente à pandemia do coronavírus.

Marinho, por outro lado, comunicou que tem respaldo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para planejar gastos públicos.

A justificativa é tentar reaquecer a atividade e gerar empregos no pós-Covid.

'Se existirem divergências [com Guedes], são de visões de Estado ou algo parecido. Nada pessoal', disse Marinho há duas semanas.

O plano de obras e ações do MDR (Ministério do Desenvolvimento Regional) depende, porém, de um acordo com o Ministério da **Economia**, que decidirá sobre o repasse a Marinho pelos chamados créditos adicionais.

Os R\$ 8 bilhões solicitados seriam repartidos entre as secretarias da pasta do Desenvolvimento Regional. Uma parte iria, por exemplo, para a reformulação do Minha Casa Minha Vida.

Em um dos pedidos feitos por Marinho, um repasse de R\$ 2,4 bilhões atenderia até emendas de parlamentares - cerca de R\$ 83 milhões. Emenda é uma forma de um congressista destinar dinheiro federal para uma obra em sua base eleitoral, ganhando assim capital político.

O governo de Bolsonaro tem se aproximado de partidos do centrão - grupo independente e que representa boa parte do Legislativo - num movimento de buscar apoio político num momento de crise econômica e política.

O ministério de Marinho reúne órgãos tradicionalmente usados para agrandar o centrão com cargos.

Nesta solicitação de R\$ 2,4 bilhões, a SNSH (Secretaria Nacional de Segurança Hídrica) seria a maior beneficiária, com R\$ 1,6 bilhão, para programações como construção de barragens e adutoras.

Três ações emergenciais são ligadas ao programa de integração do rio São Francisco (Eixo Norte, Ramal do Agreste Pernambucano e a Adutora do Agreste de Pernambuco).

Outra a receber recursos é a SNS (Secretaria Nacional de Saneamento), para a qual Marinho pede R\$ 582 milhões e R\$ 8,6 milhões em emenda parlamentar. Nesse caso, o MDR alega querer evitar a paralisação de 94 obras pois as dotações orçamentárias do ano não serão suficientes.

Também há pedidos para SDRU (Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano), Semob (Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos), Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre) e FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social).

A aposta de Marinho para a retomada da **economia** brasileira após a pandemia é por meio de obras financiadas com dinheiro público. Mas Guedes pensa de outra forma: quer que os investimentos venham de empresas privadas, confiantes do crescimento

do país baseado inclusive no controle de despesas públicas.

Outra discussão é como, tecnicamente, os pedidos do Ministério do Desenvolvimento Regional (R\$ 8 bilhões) seriam classificados.

Se forem repassados por meio de crédito extraordinário, não ficam limitados ao teto de gastos -regra de controle fiscal para evitar a alta de despesas além da inflação e defendida por Guedes.

Mas a ferramenta (crédito extraordinário) só pode ser usada para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Especialistas em contas públicas ouvidos pela reportagem alertam para os riscos de o governo seguir com essa opção.

'Usar crédito extraordinário para investimentos não me parece correto, pois não estariam diretamente ligados à pandemia', diz o economista Daniel Veloso Couri, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI, órgão do Senado que monitora as contas públicas).

O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, concorda com o colega e acha que a possibilidade, somada ao atual contexto de flexibilização das metas fiscais e do nível de endividamento, acende um 'sinal amarelo'.

'É preciso que isso [crédito extraordinário] não transborde para ações não ligadas ao combate à Covid-19 e a seus efeitos sobre a renda e o emprego do trabalhador mais pobre', afirma.

'Em 2021, temos um país para administrar e suas contas não podem estar em frangalhos. O essencial é que o espírito da LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal] e o teto seja preservado', diz Salto. 'O quadro fiscal de médio prazo é muito preocupante', afirma.

Membros de órgãos de controle, que preferem não serem identificados por poderem julgar processos relacionados, concordam com a preocupação.

Eles chamam atenção ao fato de o Orçamento de guerra, que suspende regras fiscais para gastos com a calamidade, estende sua aplicação a suas consequências 'sociais e econômicas' (definição que daria margem a uma ampla gama de medidas).

No MDR, é ressaltado que a pasta só faz o pedido e a forma de destinação é decidida pela **Economia**.

O TCU (Tribunal de Contas da União) se movimenta para monitorar os gastos.

O ministro Raimundo Carreiro pediu ao governo mecanismos para identificar com precisão as despesas relacionadas ao enfrentamento dos efeitos da pandemia e a correta segregação do Orçamento regular.

Ele ainda ressaltou à Casa Civil que os gastos do Orçamento de guerra devem ser reservados para contextos extremos, apenas para despesas destinadas ao combate à crise.

Guedes vem criticando publicamente o movimento de acelerar gastos da União, mesmo sem citar o nome de Marinho ou de outro membro do governo.

Nesta semana, Guedes estava ao lado de Bolsonaro quando protestou contra a votação no Congresso que permitiu aumento de **salário** para certos servidores. Guedes era contra o aumento, mas, segundo a própria liderança do governo, a inserção do trecho teve apoio do presidente da República.

'A hora em que o país tem uma crise dessa, que sacrifício podemos fazer? Não é aproveitar que o gigante [Brasil] caiu e ver o que podemos tirar dele, essa não é a atitude correta. A pergunta é o quanto podemos contribuir, não o quanto podemos tirar', afirmou em visita ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Na semana passada, Guedes também havia feito críticas à expansão de gastos em meio à crise daquela vez direcionadas a 'um ministro ou outro'.

'Seria muito oportunismo político, muita irresponsabilidade fiscal, seria imperdoável para a população brasileira se aproveitássemos uma crise na saúde para transformar seja em uma farra eleitoral, seja em um protagonismo excessivo de um ou outro ministro que queira, para se engrandecer, colocar em risco o governo do presidente', disse.

Os prognósticos de Guedes para a **economia** brasileira são de uma forte recessão em 2020 e a equipe econômica já projeta um endividamento público acima de 90% do PIB neste ano com o aumento do déficit.

A agência Fitch colocou a nota brasileira em perspectiva negativa em meio à crise política e à piora fiscal. Investidores internacionais têm evitado o Brasil e outros mercados emergentes.

O dólar vem alcançando patamares nominais recordes e fechou na sexta (8) a R\$ 5,74. 'Não queremos o risco de virar a Venezuela', disse Guedes.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Número de pedidos de seguro-desemprego aumenta 22,7% em abril



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

Os pedidos de seguro-desemprego de trabalhadores com carteira assinada subiram 22,7% em abril, mesmo com a suspensão dos atendimentos presenciais nas unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine). O levantamento foi divulgado nesta segunda-feira (11) pela Secretaria de Trabalho do Ministério da **Economia**.

Apenas em abril, 748.484 benefícios de seguro-desemprego foram requeridos, alta de 22,1% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando o total de pedidos tinha atingido 612.909. Ao todo, 87% dos benefícios foram

pedidos pela internet no mês passado, contra apenas 1,7% em abril de 2019.

Número acumulado

Apesar da alta em abril, os pedidos de seguro-desemprego continuam relativamente estáveis no acumulado do ano, tendo somado 2.337.081 de janeiro a abril de 2020. O total representa aumento de 1,3% em relação ao acumulado no mesmo período do ano passado, 2.306.115.

A própria secretaria, no entanto, estima que os dados para o ano podem estar subestimados em até 250 mil pedidos. Isso porque diversos trabalhadores sem acesso à internet não estão conseguindo pedir o benefício nas unidades do Sine, que estão com o atendimento presencial suspenso por causa da pandemia de covid-19.

A estimativa foi elaborada com base na média dos pedidos de seguro-desemprego por meio do atendimento presencial. Segundo o Ministério da **Economia**, a pasta está divulgando as projeções de pedidos que deixaram de ser realizados para dar um quadro mais honesto do impacto da pandemia sobre o **mercado** de trabalho.

Nos quatro primeiros meses do ano, 39,3% dos requerimentos de seguro-desemprego (918.688) foram pedidos pela internet, pelo portal gov.br e pelo aplicativo da carteira de trabalho digital; 60,7% dos benefícios foram pedidos presencialmente. No mesmo período do ano passado, 98,2% dos requerimentos (2.270.285) tinham sido pedidos nos postos do Sine e apenas 1,6% (35.830) tinha sido solicitado pela

internet.

Embora os requerimentos possam ser feitos de forma 100% digital e sem espera para a concessão do benefício, o Ministério da **Economia** informou que os dados indicam que muitos trabalhadores continuam aguardando a reabertura dos postos do Sine, administrados pelos estados e pelos municípios, para darem entrada nos pedidos. O empregado demitido ou que pediu demissão tem até 120 dias depois da baixa na carteira de trabalho para dar entrada no seguro-desemprego.

Perfil

Em relação ao perfil dos requerentes do seguro-desemprego em abril de 2020, a maioria é masculina (57,1%). A faixa etária com maior número de solicitantes está entre 30 e 39 anos (33,1%) e, quanto à escolaridade, 62,4% têm ensino médio completo. Em relação aos setores econômicos, serviços representou 41,6% dos requerimentos, seguido por comércio (27,7%), indústria (19,9%) e agropecuária (3,7%).

Os estados com o maior número de pedidos foram São Paulo (217.247), Minas Gerais (85.990) e Rio de Janeiro (58.945) e os que tiveram maior proporção de requerimentos via web foram Amazonas (98,9%), Acre (98,5%) e Rio de Janeiro (97,8%).

Suspensão

Desde o início do ano, as estatísticas oficiais de emprego com carteira assinada estão suspensas. Os dados de 2020 do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) deixaram de ser divulgados por causa

da mudança na forma de registro dos dados, que passou a ser feita no eSocial, sistema eletrônico de registro das informações de empregadores e de empregados.

Além de empresários que ainda estavam adaptando-se ao processo informatizado, a pandemia do novo coronavírus tem impedido as empresas de concluírem a transição para o novo sistema. Segundo o Ministério da **Economia**, a divulgação do Caged será retomada assim que as empresas puderem enviar as informações corretamente.

Para dúvidas e esclarecimentos, o empregado pode acionar as superintendências por e-mail. No Distrito Federal, por exemplo, o e-mail é trabalho.df@mte.gov.br. Em cada unidade da Federação, basta trocar a sigla da Unidade da Federação para a do local desejado (trabalho.mg@mte.gov.br, trabalho.rj@mte.gov.br e assim por diante).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senac abre novas vagas para serviço gratuito de orientação e capacitação às micros, pequenas e médias empresas

produtos e serviços nas plataformas digitais.

O programa foi desenvolvido pensando em oferecer um suporte aos empresários do comércio afetados pelo isolamento social em vigor no estado, que estabeleceu a suspensão do funcionamento das atividades comerciais não essenciais para conter a disseminação da Covid-19.

A primeira etapa foi realizada com as empresas instaladas no bairro do Alecrim. Segundo do o empresário do segmento de refrigeração e também presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim (AEBA), Pedro Campos, a consultoria tem trazido novas oportunidades de vendas nas plataformas digitais.

Inicialmente, uma equipe do **Senac** RN realizará uma consultoria via telefone, na qual é feita uma análise de perfil da empresa identificando o nível de maturidade. Em seguida, é agendado um momento online, onde o consultor realizará uma consultoria, detalhando as reais necessidades da empresa e sugerindo modelos de negócio para implantação no ambiente virtual.

Além disso, os empresários também têm acesso



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **Sistema Fecomércio RN**, por meio do **Senac**, tem oferecido dentro do Programa Assistência Digital Empresarial, um serviço gratuito de orientação e capacitação para as micros, pequenas e médias empresas, com foco na capacitação para a comercialização dos seus

ao curso gratuito Como Abrir o Seu E-Commerce: Estratégias e Modelos de Negócios, que conta com 5 módulos. São mais de 20 aulas com o passo a passo para implantar as ferramentas digitais e fazer a diferença no online. Essas aulas estão disponíveis na Sala de Aula Virtual do **Senac** RN.

Uma outra ação que o programa está oferecendo são transmissões ao vivo (Lives) no canal do **Senac** no Youtube aberto ao público. Temas sobre como abrir uma conta no Instagram e vender pela ferramenta serão abordados pelos especialistas do **Senac** e tem gerado um engajamento muito bacana.

Para os empresários que desejam entrar no programa, basta entrar em contato pelo telefone e Whatsapp 4005-1000 e registrar o interesse. Logo em seguida, os consultores entrarão em contato para iniciar a consultoria.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, SENAC RN, SISTEMA FECOMÉRCIO RN

Senac abre vagas para as demais empresas dentro do Programa de Assistência Digital Empresarial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O **Sistema Fecomércio RN**, por meio do **Senac**, tem oferecido dentro do Programa Assistência Digital Empresarial, um serviço gratuito de orientação e capacitação para as micros, pequenas e médias empresas, com foco na capacitação para a comercialização dos seus produtos e serviços nas plataformas digitais.

O programa foi desenvolvido pensando em oferecer um suporte aos empresários do comércio afetados pelo isolamento social em vigor no estado, que estabeleceu a suspensão

do funcionamento das atividades comerciais não essenciais para conter a disseminação da Covid-19.

A primeira etapa foi realizada com as empresas instaladas no bairro do Alecrim. Segundo do o empresário do segmento de refrigeração e também presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim (AEBA), Pedro Campos, a consultoria tem trazido novas oportunidades de vendas nas plataformas digitais.

Inicialmente, uma equipe do **Senac** RN realizará uma consultoria via telefone, na qual é feita uma análise de perfil da empresa identificando o nível de maturidade. Em seguida, é agendado um momento online, onde o consultor realizará uma consultoria, detalhando as reais necessidades da empresa e sugerindo modelos de negócio para implantação no ambiente virtual.

Além disso, os empresários também têm acesso ao curso gratuito Como Abrir o Seu E-Commerce: Estratégias e Modelos de Negócios, que conta com 5 módulos. São mais de 20 aulas com o passo a passo para implantar as ferramentas digitais e fazer a diferença no online. Essas aulas estão disponíveis na Sala de Aula Virtual do **Senac** RN.

Uma outra ação que o programa está oferecendo são transmissões ao vivo (Lives) no canal do **Senac** no Youtube aberto ao público. Temas sobre como abrir uma conta no Instagram e vender pela ferramenta serão abordados pelos especialistas do **Senac** e tem gerado um engajamento muito bacana.

Para os empresários que desejam entrar no programa, basta entrar em contato pelo telefone e whatsapp 4005-1000 e registrar o interesse. Logo em seguida, os consultores entrarão em contato para iniciar a consultoria.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, SENAC RN, SISTEMA FECOMÉRCIO RN

Mercado financeiro prevê queda de 4,11% na economia este ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O **mercado** financeiro revisou pela 13ª semana seguida a previsão de queda da **economia** este ano. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - piorou de 3,76% para 4,11%.

A estimativa consta do boletim Focus, publicação elaborada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

A previsão para o crescimento do PIB em 2021 segue em 3,2% e para 2022 e 2023 continua em

2,50%.

Dólar

A cotação do dólar deve fechar o ano em R\$ 5, a mesma previsão da semana passada. Para 2021, a expectativa é que a moeda americana fique em R\$ 4,83%, contra R\$ 4,75 da semana passada.

Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC também reduziram a previsão de inflação de 2020. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu pela nona vez seguida, ao passar de 1,97% para 1,76%.

Para 2021, a estimativa de inflação também foi reduzida, de 3,30% para 3,25%. A previsão para os anos seguintes - 2022 e 2023 - não teve alterações e permanece em 3,50%.

A projeção para 2020 está abaixo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.

Para 2021, a meta é 3,75% e para 2022, 3,50%, também com intervalo de 1,5 ponto percentual em cada ano.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de **juros**, a Selic, estabelecida atualmente em 3,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o **mercado** financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2020 em 2,5% ao ano. A previsão anterior era 2,75% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Quando o Copom aumenta a taxa básica de **juros**, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os **juros** mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Para o fim de 2021, a expectativa é que a taxa básica chegue a 3,5% ao ano. A previsão anterior era de 3,75% ao ano. Para o fim de 2022, as instituições mantiveram a previsão em 5,5% ao ano e, para o fim de 2023, a estimativa segue em 6% ao ano.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Sesc inicia distribuição de cestas básicas doadas pelo Sistema Fecomércio RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog do Seridó

O Serviço Social do Comércio (**Sesc RN**) iniciou, nesta sexta-feira (8), a entrega das 419 cestas básicas doadas pelo Sistema Fecomércio para alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do projeto **Sesc Cidadão**. A medida se repetirá mensalmente enquanto houver a pandemia do Covid-19 no estado e teve início na capital, na unidade Zona Norte, onde 48 alunos da EJA foram beneficiados.

A distribuição obedeceu aos cuidados com a

saúde, garantindo a segurança dos colaboradores e alunos, já que o Sesc forneceu máscaras e álcool para todos os presentes. Além disso, foi solicitada a presença apenas do aluno, sem acompanhante. Os kits foram distribuídos na quadra da unidade, obedecendo o distanciamento mínimo recomendado pelas autoridades.

Além da unidade Zona Norte, alunos da EJA de São Paulo do Potengi e Nova Cruz, e do projeto **Sesc Cidadão** de Mossoró e Caicó, também receberão as cestas básicas. A orientação do Sesc é que as mesmas medidas adotadas no início da doação sejam adotadas no interior.

Para os alunos do Projeto **Sesc Cidadão** a entrega terá início no dia 11 de maio, em Mossoró, onde serão distribuídas 71 cestas básicas. No dia 12, será a vez de Natal (74 cestas) e nos dias 13 e 14 de maio, Caicó (73 cestas). O Projeto **Sesc Cidadão** é um espaço de convívio, participação, formação e transformação social de crianças e adolescentes de 8 a 15 anos de ambos os sexos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, SESC CIDADÃO, SESC RN, SISTEMA FECOMÉRCIO RN

Rafael Motta propõe redução dos juros do cartão de crédito e cheque especial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jair Sampaio

O deputado federal Rafael Motta (PSB/RN) apresentou dois projetos de lei nesta segunda-feira, 11, para reduzir os **juros** sobre o cartão de crédito e cheque especial de pessoas físicas. A redução motivada pelo impacto da pandemia sobre a **economia** deve se estender até julho de 2021.

Pela proposta de Rafael Motta, os **juros** do cartão de crédito seriam escalonados: 20% ao ano para operações de até R\$ 10 mil e, entre 20% até 30% ao ano para operações acima de

R\$ 10 mil.

Atualmente, o Brasil tem uma das maiores taxas sobre crédito no mundo, de 300% ao ano em média. O percentual de **juros** do crédito anual na Argentina é de 63% e 17% nos Estados Unidos.

A mesma situação é observada em relação ao cheque especial, que tem taxa média de **juros** de 150% ao ano. Isso após o Conselho Monetário Nacional (CMN) reduzir a tarifa pela metade em novembro do ano passado.

Rafael Motta propõe que os **juros** sobre operações de até R\$ 10 mil seja de 20% ao ano, e **juros** de até 30% ao ano sobre operações acima de R\$ 10 mil.

Os dois projetos de lei (PL 2520/2020 e PL 2519/2020) são assinados conjuntamente pelos deputados socialistas Alessandro Molon (RJ), Bira do Pindaré (MA), Cássio Andrade (PA), Danilo Cabral (PE), Denis Bezerra (CE), Emidi

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Sesc inicia distribuição de cestas básicas doadas pelo Sistema Fecomércio RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébster Neri

O Serviço Social do Comércio (**Sesc RN**) iniciou, nesta sexta-feira (8), a entrega das 419 cestas básicas doadas pelo Sistema Fecomércio para alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do projeto **Sesc Cidadão**. A medida se repetirá mensalmente enquanto houver a pandemia do Covid-19 no estado e teve início na capital, na unidade Zona Norte, onde 48 alunos da EJA foram beneficiados.

A distribuição obedeceu aos cuidados com a saúde, garantindo a segurança dos colaboradores e alunos, já que o Sesc forneceu

máscaras e álcool para todos os presentes. Além disso, foi solicitada a presença apenas do aluno, sem acompanhante. Os kits foram distribuídos na quadra da unidade, obedecendo o distanciamento mínimo recomendado pelas autoridades.

Além da unidade Zona Norte, alunos da EJA de São Paulo do Potengi e Nova Cruz, e do projeto **Sesc Cidadão** de Mossoró e Caicó, também receberão as cestas básicas. A orientação do Sesc é que as mesmas medidas adotadas no início da doação sejam adotadas no interior.

Para os alunos do Projeto **Sesc Cidadão** a entrega terá início no dia 11 de maio, em Mossoró, onde serão distribuídas 71 cestas básicas. No dia 12, será a vez de Natal (74 cestas) e nos dias 13 e 14 de maio, Caicó (73 cestas). O Projeto **Sesc Cidadão** é um espaço de convívio, participação, formação e transformação social de crianças e adolescentes de 8 a 15 anos de ambos os sexos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, SESC CIDADÃO, SESC RN, SISTEMA FECOMÉRCIO RN